



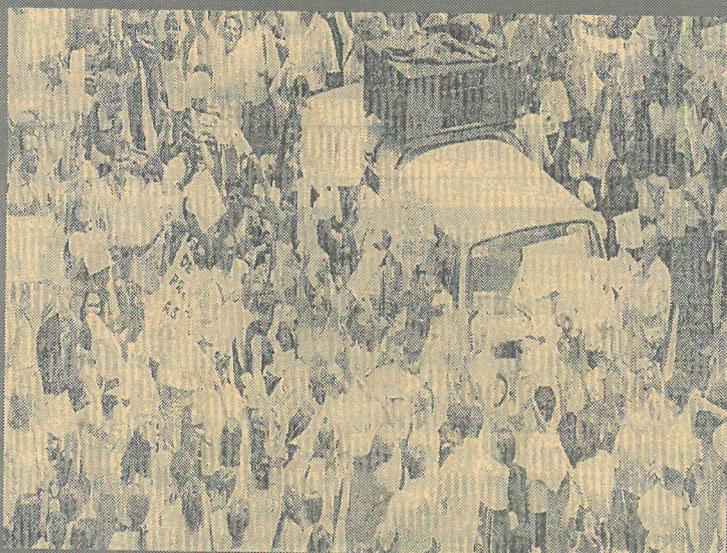
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 123 - 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 1996 - R\$ 1,00

**Nada de reeleição!
Combatamos nas ruas
o governo entreguista
e de fome de FHC!**

**Avança a situação
revolucionária na
Bolívia. Apoieemos a
luta pela revolução
proletária!**



**A luta contra o
fechamento de
escolas em
São Paulo aponta
o caminho:**

**Unificar e
generalizar o
movimento para
barrar a destruição
do ensino público**



**Ceará - Avança a construção da corrente
proletária no movimento estudantil**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

Desde que surgiu, com o capitalismo, a classe operária trava uma luta com a classe burguesa (patronal) e seu governo. A classe operária vende sua força de trabalho em troca de salário para sobreviver. A organização dos trabalhadores em sindicatos nasceu da necessidade de lutar contra a exploração do trabalho e as leis antioperárias ditadas pelos governos. Descobriram métodos próprios de conquistar suas reivindicações salariais, reduzir as jornadas de trabalho e adquirir direitos sociais, como a paralisação da produção (greves), ocupações das fábricas e sair às ruas em grandes manifestações. As experiências históricas do movimento operário precisam ser retomadas e defendidas. Os sindicatos atuais são dirigidos por uma burocracia que não faz parte da produção, que não recebe o mesmo salário de um operário, que não trabalha uma jornada de trabalho de 44 horas ou mais. É indispensável a luta para arrancar a burocracia das direções sindicais, para transformá-las em reais instrumentos de luta nas mãos dos trabalhadores.

Nacional

O caminho das lutas

* Carteiros e telefônicos fazem manifestação em frente à casa do ministro das Comunicações, em São Paulo. Os trabalhadores da ECT reivindicam 15% de aumento real e PLR. Os telefônicos reivindicam 10% de aumento real e 14% de reposição.

* Eletricitários da Furnas Centrais Elétricas (Cachoeira Paulista, Mogi das Cruzes, Ibiúna, Tijuco-Preto, Guarulhos, São Paulo) fazem greve de 24 horas por 18,33% de reajuste. Eletrobrás propõe 3,27% e pretende limitar ao mínimo as cláusulas sociais.

* Aeroviários e aeronautas fazem passeata até o aeroporto de Congonhas para reivindicar 15% de reajuste e 12% de produtividade e 5% de aumento real. Patrões oferecem reajuste zero e só renova as cláusulas sociais se os trabalhadores adiarem a discussão das reivindicações econômicas para maio.

* Vidreiros conquistam 11,65% de aumento no piso salarial, que passa para R\$ 256,80.

* Trabalhadores da Baby Blue fazem greve de 53 dias pelo atraso no pagamento dos salários desde julho.

* Os operários da Antártica, para receberem um abono, como PLR, terão de aumentar o valor do patrimônio de cada unidade. Cada fábrica, de Manaus, Goiás, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte, Curitiba, Bauru, Ribeirão Preto, Campinas e Jundiá, terá de aumentar em 9,6% sobre o valor de seu patrimônio. A produção, administração e o departamento comercial serão avaliados de acordo com a qualidade, produtividade e absenteísmo. Somente assim conquistarão o abono.

* Têxteis de São Paulo reivindicam 11,84% de reposição e 5% de aumento real. Recebem primeira contraproposta de 5,7%,

parcelado em janeiro e abril. Outra de 9% parcelada em duas vezes. Dizendo ser dificultoso negociar acordo para os 30 mil têxteis os sindicalistas dividem categoria. A. Ferro, Tabacow e Bandeirantes. Depois Alpargatas e Zorba. Depois com a TRS e TW. A Zorba oferece 10%.

* Têxteis da Tognato, de São Bernardo continuam em greve e fazem assembléia para votar proposta de 7% de reajuste.

* Têxteis de Guarulhos e Arujá têm aumento de 7% no piso salarial, parcelado em 3 vezes: de R\$ 245,00 para R\$ 249,00 em dezembro, R\$ 254,00 em janeiro e R\$ 264,24 em fevereiro. Os sindicatos aceitam o básico e prometem negociar isoladamente, como com a Indústria Camesa que totalizou 10% de aumento em duas parcelas (dezembro e janeiro).

* Químicos da Nitroquímica, em São Miguel Paulista, em greve reivindicam 18% de reajuste e cobram o calote da reposição salarial de 9% do ano passado. Em São Paulo negociam com a Avon, Dixie e Rhodia, 12% de aumento real e 18% de reposição das perdas, independente de assinar ou não a convenção coletiva com os patronais. A CNQ informa que na base de Jacareí, com 10 mil trabalhadores, 70% já fizeram acordo por empresa, com reajuste de 10% a 12% e PLR entre R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00.

* A Federação dos Químicos do Estado de São Paulo assinou o acordo coletivo com o patronal para os 25 mil químicos. Apenas o sindicato da cidade de Salto continua negociando em separado por empresa.

* Petroleiros estão sem acordo coletivo desde 1994, retomam campanha. A categoria, com data-base em setembro, teve reajuste de 8,8%, abono de 50% do salário normativo e estabilidade até setembro de 97. 18 sindicatos aceitaram proposta da Petrobrás. Rio de Janeiro, Alagoas/Sergipe e Bahia não assinaram o acordo. Os petroleiros reivindicavam 21,8% de reajuste e 12,47% de produtividade.

A campanha divisionista da CUT e Força Sindical

A "greve inteligente" dos metalúrgicos é bem pouco inteligente. Com uma base de 1 milhão de operários, setores chaves da economia nacional, os metalúrgicos têm a faca e o queijo na mão para decretar a greve unificada da categoria e tirar dos patrões a reposição das perdas salariais, exigir redução da jornada de trabalho como forma de garantia de trabalho. Mas as direções sindicais o que fazem é dividir a categoria com greves isoladas e manobrar as assembléias de porta de fábrica para que os trabalhadores aceitem as miseráveis propostas dos patrões. Um exemplo é o caso da Scania, em que os operários aceitaram deixar o reajuste (6,9%) de 95 para 96 em troca de garantia de emprego e retornaram ao trabalho. Perguntem se houve demissão ou se os patrões já pagaram o reajuste?. Mas a greve foi suspensa! Em Piracicaba, os metalúrgicos haviam marcado greve para o dia 20/11, os patrões voltaram a negociar, então suspenderam a greve e aceitaram reajuste de 6% em janeiro e 4% de fevereiro a agosto. Em Tatuí, o reajuste da data-base de novembro de 96 será feita até novembro de 97. A Ford, em São Bernardo, dará reajuste de 11% em março, quando espera faturar US\$ 3,8 bilhões com a produtividade dos metalúrgicos, de 96.185 unidades até o final do ano.

* Metalúrgicos da região do ABC fecham acordo de reajuste de 10% parcelados. Mannesman, Bardella, Cooper Tools recebem 9% parcelados. Da Sabó recebem 8% de reajuste em janeiro e abono de R\$ 200,00 este mês. Na



Rolls Royce recebem 10% de reajuste e R\$ 250,00 de PLR. Na Metalvic, em São Roque, conquistam 15% de reajuste para quem recebe até R\$ 600,00.

* Metalúrgicos da autopeças Metagal, de Diadema, retornam ao trabalho após conquistarem PLR de R\$ 600,00 parcelado em dezembro e janeiro e "garantia de emprego até dezembro". "Quem for demitido recebe um salário a mais além de R\$ 600,00". Esta é a garantia de emprego?

* Metalúrgicos da Mause não fazem acordo. A empresa oferece abono de 30 horas no dia 5 e mais 30 horas em janeiro.

A Força Sindical em um dia faz 189 acordos, no outro dia a CUT faz 101 acordos. No ABC faz 6 acordos de 10% de reajuste em pequenas empresas. Num dia 6 fábricas fazem greve, em outro 10, etc etc.

Contrato de trabalho temporário

O contrato de trabalho temporário vem beneficiar o bolso dos patrões porque reduz os gastos com salários e encargos sociais. Ataca os trabalhadores porque retira os direitos trabalhistas e promove a rotatividade, que rebaixa mais ainda os salários.

As centrais sindicais, que se dizem contra as demissões sem justa causa, devem se colocar contra o contrato temporário. Ao se proporem a discutir este projeto se colocam a favor das demissões e colaboram com a exploração e ataques dos patrões e do governo contra a classe operária.

Contribuição Assistencial e a Confederativa

O governo parece estar do lado dos trabalhadores quando fala em não cobrar a contribuição confederativa e a taxa assistencial dos não sindicalizados. Quer impor regras aos sindicatos a respeito da fixação dos valores, forma de arrecadação, destinação dos recursos e que a prestação de contas seja feita ao Ministério do Trabalho e não aos trabalhadores. O ministro propõe uma taxa única para todo o país. Enfim, o governo quer colocar os trabalhadores contra os sindicatos.

As contribuições para o sindicato precisam ser voluntárias e direta. Somente assim se garante a independência política (de classe) dos sindicatos frente aos patrões. O desconto na folha de pagamento torna os sindicatos dependentes do patrão. O patrão e a justiça jogam com as direções sindicais e podem ou não descontar do salário do trabalhador ou repassar ou não aos sindicatos, principalmente em épocas de luta e reivindicações econômicas.

Nossa posição sobre a reeleição

Ganhar as ruas para derrubar o governo dos capitalistas nacionais e do imperialismo

A questão da reeleição nada mais é senão a disputa interburguesa em torno das próximas eleições presidenciais. Por enquanto, a posição majoritária da burguesia é dar sequência ao governo de FHC, constituído da aliança PSDB e PFL, fundamentalmente. A razão está na necessidade de sustentar o Plano Real. Para isso também pressiona o imperialismo.

Os partidos que se colocam na oposição à reeleição, entretanto, não estão em luta contra a linha pró-imperialista da aliança governamental. O PPB de Maluf expressa o segmento minoritário burguês contra o continuísmo, porém faz parte do governo e defende seu Plano, com alguns reparos no grau de abertura comercial. Uma fração do PMDB também tem o mesmo comportamento. Trata-se de uma ala, por enquanto, minoritária. O PDT faz o jogo da semioposição. E o PT pasta como carneirinho na seara do neoliberalismo e da "globalização" pró-imperialista. De vez em quando dá um suspiro de descontentamento e o muito que faz é esperar. Esse é o quadro real do choque em torno da reeleição.

O interessante é que o centrismo, falamos do PSTU, também esperneia e mal esconde seu suspiro de indignação. Assim, acaba de lançar a bandeira de sair às ruas contra a reeleição. É provável que os seus arquitetos pensaram assim: o PT se coloca contra a reeleição mas não quer mobilizar as massas, então nada melhor do que defender não à reeleição com as massas na rua. Claro que unido a isso teria de vir uma bandeira chamativa: e contra o desemprego.

Será que esse deve ser o ponto de vista dos trabalhadores e o caminho da luta? Achamos que não. Não se trata de se colocar a favor ou contra a reeleição. De um lado, trata-se de denunciar a manobra continuísta do governo FHC e de seus aliados. De outro, denunciar os opositores da reeleição, que o fazem na defesa dos interesses da burguesia. Nesse caso, o PPB de Maluf está unido ao PT de Lula. E, em contraposição aos dois pólos dos exploradores, levantar a bandeira de abaixo o governo dos capitalistas internos e externos, abaixo o Plano Real, em defesa do emprego e dos salários, por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

É com essas bandeiras que os trabalhadores poderão ganhar as ruas de forma independente e avançar o combate antiimperialista e anticapitalista.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: 12 NÚMEROS - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL

Para que serve o Imposto Territorial Rural

O governo enviou um Projeto de taxação da propriedade rural. Segundo seu argumento, é para punir o chamado latifúndio improdutivo e facilitar sua reforma agrária. De que forma? Alega que o dinheiro arrecadado vai para desapropriações, destinadas aos assentamentos e que os latifundiários que não pagarem terão suas terras expropria-

das.

Tudo isso é conversa mole para justificar os seus ataques ao MST. Os latifundiários estão sendo taxados em valores irrisórios. Aqueles que se dizem produtivos já estão barganhando para não pagarem nada. E os improdutivos continuarão sob a proteção do Estado. Tal distinção entre produtivos e improdutivos só tem a função de resguardar os senhores da terra da luta camponesa.

Se depender do governo, os pequenos agricultores continuarão a pagar impostos, os camponeses pobres não terão terras e os latifundiários estarão cada vez mais ricos. O MST tem a obrigação de denunciar esta farsa e convocar os trabalhadores do campo a ocuparem os latifúndios, sem distinção alguma. A reforma agrária só virá da revolução proletária, que carrega no seu bojo a revolução agrária.

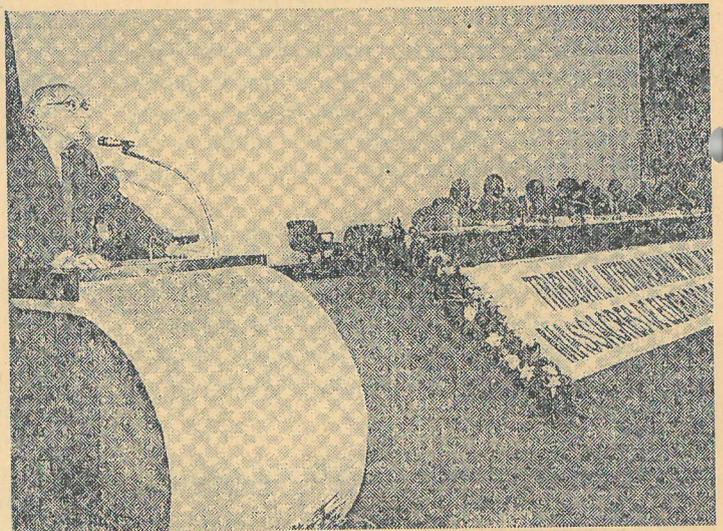
Nacional

Tribunal Internacional acoberta fazendeiros assassinos

Um tribunal internacional, formado por diversas personalidades jurídicas, literárias etc., reuniu-se para julgar os massacres de sem-terra, como os de Eldorado de Carajás e Corumbiara. Depois de muita demagogia, deu seu veredicto: os culpados pelos massacres são: o governo, que não trabalha pela reforma agrária; o Congresso, que não aprova leis para agilizar a reforma agrária; e a "sociedade civil", que não se esforça para que aconteça a reforma agrária. O encontro foi festejado como um protesto contra os massacres. Alguns chegaram a afirmar que tratou-se de um tribunal popular.

Mas esse tribunal não passou de uma farsa, uma encenação teatral que só serviu para diluir covardemente a responsabilidade sobre os massacres entre todos. O fato é que a sentença do pseudo tribunal acabou inocentando, por omissão, os fazendeiros latifundiários mandantes dos crimes. Ou, então, por inclusão destes na "sociedade civil".

Os massacres dos camponeses são consequência do agravamento da luta de classes no campo. Os sem-terra crescem em número a cada dia, resultado do agravamento da crise econômica, impulsionada pelo plano neoliberal, que vai tomando as terras dos pequenos produtores e entregando-as aos bancos e latifundiários. O governo, apenas para tentar amenizar a radicalidade da luta pela terra, acena com raquíticos assentamentos, que só servem como migalhas a serem jogadas aos sem-terra, para dar alguma consistência ao discurso demagógico do governo e das direções reformistas do movimento. Movidos pela necessidade imediata de se alimentarem, os sem-terra se lançam às ocupações. Os latifundiários, cansados da incapacidade do governo em conter as lutas dos sem-terra, respondem com a repressão dos jagunços armados. O movimento conta com direções reformistas, que defendem o pacifismo, rejeitam a autodefesa e só em palavras apregoam a aliança operário-camponesa. Diante desse quadro, a tendência é a ocorrência



dos massacres.

Assim, pode-se perceber claramente o que se passa. O governo e a justiça são instrumentos dos capitalistas, portanto se colocarão sempre claramente ao lado dos latifundiários. Jamais julgarão a si mesmos. Mas certamente ficarão sempre felizes de verem que podem contar com canastrões que montam encenações teatrais (farsa, tragédia ou comédia?) para espalhar a responsabilidade sobre seus crimes de classe por toda a população.

Somente os trabalhadores podem julgar de verdade a burguesia corrupta e assassina. Por isso, trata-se de levantar os Tribunais Populares, a partir da mobilização nacional de massa, para apurar e julgar os verdadeiros culpados. Os Tribunais Populares são instrumentos dos oprimidos, sem a participação dos opressores capitalistas, que serão julgados. As assembleias, plenárias e organizações de base é que indicam seus componentes, que estão subordinados a elas. Dependem de que as organizações de massa dos explorados se coloquem por levantá-los, a partir da mobilização.

Infelizmente, o que vemos hoje é o contrário. As organizações de massa, dirigidas pela burocracia reformista ou direitista, estão na defesa da institucionalidade burguesa. Com sua conduta, colaboram para manter impunes os crimes de classe da burguesia.

Lutemos pelos Tribunais Populares, para julgar e punir os crimes de classe da burguesia!

Empunhemos a autodefesa contra a repressão dos capitalistas!

Construamos a aliança operário-camponesa!



Banespa é entregue à privatização

Depois de dois anos de intervenção, o Banespa será passado ao controle federal para ser privatizado. O acordo faz parte da negociação da dívida do estado de São Paulo.

Os problemas com o Banespa começaram durante a gestão Quéricia, que fez um empréstimo de 600 milhões para quitar dívidas no último ano de seu governo, elevando a dívida do banco de 2,4 bilhões para 3 bilhões. Seu sucessor Fleury incrementou o endividamento do banco, que chegou a 8,7 bilhões. Durante a intervenção e sob Covas, a dívida pulou para mais de 20 bilhões.

Quando houve a intervenção, as direções dos sindicatos dos trabalhadores bancários encararam o governo Covas como um aliado na luta contra a privatização. Covas, uma parte dos deputados dos partidos burgueses, oligarcas fazendeiros, agroindustriais e industriais do estado também estavam na lista dos "aliados". Negou-se a luta grevista, as ocupações e a rei-

vindicação de controle dos trabalhadores sobre o banco. A burocracia sindical rejeitou também a unidade de todos os bancários ou com outras categorias.

O "aliado" Covas trabalhou pelo resultado final. Com as inúmeras negociações e adiamentos, a dívida do banco foi se agigantando pelos altíssimos juros do plano Real. Covas foi adiando a resolução da questão consciente de que, a cada dia, tornava-se cada vez mais difícil a solução do caso. A tendência era a de inviabilização da dívida do Banespa, que só poderia ser resolvida pelo governo federal. Foi o que aconteceu. Dessa forma, o Banespa acabou sendo utilizado como ponto de barganha para a renegociação da dívida global do estado, que supera os 60 bilhões. São Paulo deverá entregar o controle acionário do Banespa (51% das ações), para que o governo federal o privatize. Em troca, a dívida de São Paulo será paga 20% com entrega de estatais e o

restante em 30 anos, a juros de 6% ao ano.

A colaboração das direções sindicais com o governo do PSDB custará muito caro aos trabalhadores bancários. Confiar em Covas, nos parlamentares corruptos e em setores da burguesia levou à paralisia e a abrir caminho para a privatização. Com ela, virão demissões em massa e fechamento de agências.

O único caminho para os bancários é a luta unitária grevista que aponte para a defesa da estatização do banco sob controle dos trabalhadores. Para isso, terão de superar a política reformista das direções sindicais e tomar em punho a política revolucionária.

Nacional



ORESTES QUÉRCIA

ex-governador de São Paulo (1987-1990)



LUIZ A. FLEURY FILHO

ex-governador de São Paulo (1991-1994)



MÁRIO COVAS

governador de São Paulo

Eles quebraram o Banespa.

Fortaleza (CE)

Encontro dos Países do Mercosul e do Pacto Andino

Está previsto para 17 de dezembro uma reunião do Mercosul e dos países signatários do Pacto Andino em Fortaleza. A CUT está convocando um ato de protesto contra o desemprego. Entretanto, sabemos bem a orientação e os objetivos da burocracia sindical reformista. Ou seja, o de reivindicar a participação das centrais na cúpula do Mercosul, da Organização Mundial do Comércio etc.

Segundo os burocratas, a única alternativa para os trabalhadores é utilizar sua força para negociar melhoria no interior do capitalismo. Para isso, a participação nas cúpulas burguesas é necessária. O Partido Operário Revolucionário (POR) rechaça tal linha colaboracionista, que só serve para anular a Central e reforçar o poderio da casta burocrática.

Dessa forma, o POR se prepara para intervir no ato com bandeiras definidas e completamente distintas da burocracia. Opostamente não defendemos os blocos ou pactos comerciais interburgueses. É falso que se

chegará à unidade latino-americana por essa via. Também não procede o argumento de que se trata de uma defesa dos países atrasados contra o imperialismo. Todos os governos do Mercosul, tendo à frente Brasil e Argentina, vêm aplicando fielmente a cartilha econômica da "globalização" pró-imperialista. O Mercosul é um bloco para favorecer a penetração das multinacionais.

Se um ou outro interesse conflita com os Estados Unidos, aparece de maneira secundária e não assume proporção de resistência das burguesias latino-americanas à ofensiva imperialista. O que quer dizer que o Mercosul e o Pacto Andino não têm se caracterizado como um pólo de resposta à opressão nacional, mesmo do ponto de vista comercial.

Sabemos da crítica do BIRD ao Mercosul, recém-lançada e rechaçamos qualquer interferência do imperialismo. Porém, o essencial é que a classe operária e suas organizações (CUT, sindicatos etc) não podem de-

fender o Mercosul como solução do atraso latino-americano e como fator de unidade anti-imperialista. Fazer isso, é seguir a burguesia entreguista.

Nossa resposta é de luta pelo fim do capitalismo, ou seja, pela revolução socialista mundial. Nesse sentido, o POR comparecerá com as bandeiras: "Abaixo o Mercosul e os Pactos burgueses"! Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina! Por uma Frente Revolucionária Antiimperialista, sob a direção da classe operária. Pelo fim do desemprego, ocupar as fábricas e impor o controle operário da produção.



Covas continua implantando a Reforma de destruição da escola pública.

É preciso unificar e massificar o movimento de resistência contra a reestruturação da rede de ensino

Educação

No dia 20 de novembro, a Secretaria da Educação publicou mais uma resolução proibindo o funcionamento de pré-escolas, fechando Centros de Suplência e reafirmando o seu propósito de manter as escolas de 1ª a 4ª séries sem o funcionamento do período noturno. Segundo o governo, há escolas ainda ociosas, muitos alunos que evadem e custos elevados de manutenção. Uma das "soluções" apresentadas é a de transferir o ensino fundamental para os municípios. Através de um "Convênio de Parceria" com o estado, os prefeitos deverão assumir boa parte da rede pública.

Com a aprovação do "Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental", que conta com 15% da arrecadação dos municípios, a Secretaria pressiona os prefeitos a aceitarem a municipalização. Dessa forma, já são várias as cidades com a rede municipalizada em parte ou todo o ensino fundamental. Assim, o governo estadual se livraria do encargo de manter a quase totalidade da rede. Estima-se que 4,5 milhões de alunos passarão para a responsabilidade das prefeituras.

O argumento de que a municipalização é a

forma de descentralizar o ensino não passa de uma farsa. Isso porque o controle, a avaliação e as "políticas educacionais" permanecerão centralizadas nas mãos do Estado. Ao município, cabe apenas o encargo de financiá-lo. Não é por acaso que a Reforma prevê outras parcerias. Ou seja, de município com as empresas privadas. Trata-se também de uma forma de livrar as prefeituras da sustentação do ensino.

Se uma das "soluções" é a municipalização, a outra é a do fechamento de escolas, extinção de turnos e eliminação de salas. Na verdade, a municipalização já começa com tais medidas de contenção de gastos, através da mutilização da rede escolar estadual.

Na região oeste de São Paulo, o governo fechou várias escolas no início do ano, demitiu professores e deixou milhares de estudantes sem vaga na escola pública. Agora, numa penada, fechou o ensino supletivo das escolas Luiza Lopes, com 1061 alunos e da EEPG Portugal. Fechou totalmente o EEPG Vicente de Paula. Sem dizer, que extinguiu turnos e classes de várias escolas, a exemplo do Renato A. Penteado e com a pré-escola Experimental da Lapa.

No dia em que se abriram as matrículas de 1ª série, as filas eram enormes. Os pais permaneceram mais de 65 horas e muitos não conseguiram matricular seus filhos. Na EEPG Ubaldo Costa Leite, no Crispim de Oliveira etc as vagas foram distribuídas para as crianças com 9 anos de idade, quem tinha 8 ou 7 ficou para o próximo ano.

A luta contra o fechamento de salas e unidades escolares é uma tarefa urgente. Caso contrário, prevalecerá mais uma vez a iniciativa de governo de se desfazer de parte do ensino público. Do lado do governo, o caminho já está traçado. É o da privatização. Nesse sentido, a luta individual, por escola, os atos isolados e as pres-

sões judiciais pouco contribuem para barrar essa ofensiva de Covas.

É preciso que a diretoria da Apeoesp saia do imobilismo e do distracionismo e organize de fato o movimento de resistência contra a destruição da escola pública. Na região oeste de S. Paulo, estamos convocando assembléias por escola e preparando um ato para o dia 6 de dezembro. Essas assembléias e o ato foram precedidos de um seminário para discutir e organizar os professores para a luta contra a reforma privatista do ensino. Já divulgamos alguns boletins convocando os pais, alunos e trabalhadores da educação para a unidade e a mobilização de rua.

A única via de se opor a essa Reforma é chamar a unidade com os demais trabalhadores, pois a reforma do ensino nada mais é do que parte da Reforma mais global do governo Fernando Henrique/Covas, que atinge a Previdência, a estabilidade, aposentadoria e a entrega dos ramos-chaves da economia nacional para o grande capital. Nesse sentido, a luta dos educadores será necessariamente parte dessa luta geral contra a Reforma Constitucional.

Denunciamos a burocracia sindical, particularmente da CUT e da Apeoesp, que tem ludibriado os trabalhadores com promessas de que é possível se obter vitórias sem ação de massa. Com isso, mantém as greves e as manifestações dos trabalhadores de forma isolada. O que resulta em derrotas. Exigimos que a Central e a Apeoesp organizem a luta direta e unitária. Não podemos permitir que o governo destrua os serviços públicos, entre eles a educação gratuita.

Nenhum fechamento de escola! Reabertura das que foram fechadas! Nenhum aluno fora da escola! Abaixo a Reforma anti-educação do governo!

Obras Completas de Guillermo Lora

Já foram publicados os 17 primeiros volumes, sendo que já os temos no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

Adquira com o distribuidor deste jornal.



Campanha da Corrente Proletária da Educação contra o fechamento de escolas públicas e pelo fim da reforma neoliberal destruidora do ensino

Em defesa da pré-escola do Experimental Contra a Reforma arrasadora do ensino público

As medidas de reestruturação da rede de ensino, que resultaram na divisão das escolas, fechamento, salas superlotadas, demissão de professores, ainda não se encerraram. A perda das 8000 salas de aulas, a extinção de escolas, a exemplo da EEPG Clóvis Beviláqua, no alto da Lapa e a demissão de mais de 30 mil professores foram os primeiros sinais de uma Reforma, que tem como essência a destruição da escola pública e gratuita. Em nossa região oeste, os alunos, pais e educadores foram castigados com a violência de tais medidas. A resistência que surgiu, através dos atos, manifestação, abaixo-assinados e mandados judiciais etc, não foram suficientes para barrar o firme propósito do governo.

A lição que tiramos foi a de que os atos permaneceram isolados, ou seja, quase sempre limitados à comunidade de escolar. Isso contribuiu para a dispersão de nosso poder de luta. E que a força de mobilização é o caminho mais seguro para lutar contra a ânsia de uma reforma que tem por patrocinador o Banco Mundial. Bem como a necessidade imperiosa de buscar a unidade não só com os professores de outras escolas, pais e alunos, mas também a unidade com os demais trabalhadores, que sentem na pele a eliminação de um direito democrático de acesso a todos à educação. Para isso, é fundamental que as direções dos sindicatos, particularmente a da Apeoesp, estejam imbuídas da vontade política de organização da resistência. O corpo mole, as ilusões nos mecanismos da Justiça e a passividade como foi tratada a Reforma só contribuíram para o fortalecimento da ofensiva de Covas contra o ensino público.

Tudo o que ocorreu não passou de primeiras medidas. Agora, já no fim do ano letivo, Covas se aproveita para dar continuidade. Nessa semana, publicou em DO o fechamento das pré-escolas. Já tínhamos muito pouco. Uma dessas escolas é o Experimental da Lapa, conhecido pela sua trajetória de luta em defesa do ensino público. O fechamento da pré-escola do Experimental atingirá mais de 300 alunos, que terão de recorrer ao ensino privado ou as raríssimas escolas de educação infantil do município. Juntamente com essa pré-escola, ou-

tras serão encerradas por todo o estado.

A luta pelo não fechamento da pré-escola do Experimental percorreu todo ano de 96. O governo e sua Secretária enrolaram, a ponto de cancelar a reestruturação e utilizá-lo como experiência que deu certo para a implementação das duras medidas de reestruturação da rede. Agora, retoma a carga sobre o que restou da primeira etapa de fechamento e divisão de escolas. O Experimental não escapou da borracha, com que se apagou e se eliminou centenas de outras escolas e milhares de salas de aulas. As lições de acertos e erros deverão servir para impulsionar a resistência organizada e unitária dos educadores, pais, alunos e demais trabalhadores. Nesse sentido, qualquer corpo mole diante da truculência do governo significará a colaboração com essa Reforma de destruição da escola pública e gratuita.

A defesa do Experimental da Lapa deve fazer parte do conjunto da mobilização contra a Reforma educacional, que tem como essência a aceleração da privatização do ensino. As conseqüências já são evidentes: alunos expulsos da escola pública, educadores demitidos e o avanço da elitização do ensino e sua mercantilização. A ferida aberta com o fechamento do Experimental e outras unidades deverá ser curada com a nossa luta de massa e unitária. Dessa forma, o movimento tem de ganhar às ruas, ganhar coesão, buscar a unidade efetiva com todos aqueles que reivindicam da escola pública, portanto, deve radicalizar em seus métodos de luta. De nada valerão as centenas de milhares de assinatura em favor da escola, outras milhares de liminares, do SOS Experimental etc se não forem acompanhados de intensa mobilização e paralisação das atividades escolares. Nesse sentido, estamos preparando atos e outros tipos de manifestações.

Como e por que lutar contra a Reforma da Educação

É importante que denunciemos a Reforma da educação como parte do conjunto de medidas que vêm sendo implantadas no país. A Reforma da

Previdência, o fim da estabilidade, da aposentadoria por tempo de serviço, a privatização de ramos-chaves da economia nacional, a entrega de empresas ao capital multinacional, o fim da saúde pública e a destruição da escola gratuita são algumas das diretrizes impostas por FHC e assumidas pelos governos de estado.

A Reforma da Educação tem como fundamento a eliminação da responsabilidade do Estado para com o ensino. Por isso, a descentralização, através da municipalização e das parcerias, foi o caminho apontado para reduzir os gastos com a educação. A municipalização é o primeiro passo para privatizar níveis inteiros de ensino. Não é por acaso que o governo aprovou a Emenda Constitucional nº14/96, que cria o "Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental", uma fórmula para obrigar os municípios a arcarem com a maioria dos alunos das escolas públicas. Em São Paulo, a municipalização vem sendo implantada. Já são mais de 49 cidades que assumiram o pesado encargo de manter a escola gratuita. Nesse final de ano, Covas pretende impor aos prefeitos os chamados "Convênios de Municipalização". Para isso, as escolas já estão quase prontas (a partir da divisão) para serem barganhadas com os prefeitos.

A municipalização de todo o ensino básico e/ou fundamental sig-

DEBATE



Unificar nossa luta para impedir que o governo destrua a escola pública

O governo Covas publicou uma resolução, no dia 21 de novembro, dando continuidade à reestruturação da rede pública. Nela o governo eliminou a pré-escola e manteve o propósito de separar as escolas, fechar os cursos noturnos naquelas em que funcionam o ensino básico. Ao lado disso, intensificou os chamados "Convênios de Municipalização".

A implementação do "Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério" nada mais é do que a municipalização. Assim, o estado pressiona os municípios a adotarem o ensino fundamental. Aqueles que se recusarem estarão entregando 15% de sua arrecadação para o Fundo e não tendo nada de volta. Juntamente com isso está o objetivo de parceria com as empresas privadas. Ou seja, o município além de assinar o convênio de parceria com o estado pode também assinar convênios paralelos com empresas para a sustentação das escolas. A municipalização é o caminho para o fechamento de escolas, para rebaixa-



A greve de fome foi utilizada para protestar contra a reforma privatista de Covas, que fecha as escolas públicas.

mento da já péssima qualidade de ensino e, acima de tudo, para a privatização de parte da rede pública.

A Subsele Oeste da Apeoesp (Lapa) chama os professores, pais e alunos a lutarem implacavelmente contra a destruição do ensino público e gratuito.

Não ao fechamento da Pré-escola Experimental

Não ao fechamento de salas de aulas e turnos

Nenhum aluno fora da escola! Nenhum professor ou funcionário demitido! Lutar para pôr abaixo a Reforma privatista do ensino!

Escola pública e gratuita em todos os níveis e para todos!

No dia 26/11 ocorreu uma manifestação em frente à Secretaria da Educação, reunindo pais, alunos e professores da escola Experimental e uma comissão de pais das escolas Renato A. Penteado e Crispim Oliveira. A secretaria somente recebeu os

representantes do Experimental e alegou que os outros não haviam marcado audiência. Não ofereceu nada de concreto à pré-escola, mas por outro lado estava totalmente incomodada com a pressão dos pais, com a greve fome de uma das mães com a manifestação.

O caminho da mobilização é a única via para combater as medidas autoritárias de destruição da escola pública. O governo só irá dar ouvidos aos reclamos da comunidade escolar se sentir a unidade do movimento e seu caráter de massa. Caso contrário, continuará enrolando. Faz de conta que recebe e nada se resolve. Enquanto isso, o governo segue a reestruturação da rede e a municipalização do ensino.

O descontentamento dos pais, alunos e trabalhadores da educação deve ser canalizado em atos massivos, ganhando apoio dos demais trabalhadores, para um movimento unitário e de massa contra a reforma sucateadora da escola gratuita.

Fortaleza - CE

Debate na Pedagogia

O POR lançou a sua Revista nº 3 da Educação, onde consta um importante artigo sobre a municipalização e um sobre a crise da universidade, entre outros trabalhos críticos. Aos poucos, a Revista Educação Proletária vai ganhando terreno na luta revolucionária em defesa do ensino, tanto do ponto de vista da concepção quanto da atividade prática.

Em função disso, a Corrente Proletária da Educação foi convidada a dar uma palestra a uma classe de pedagogia na PUC/SP sobre as condições atuais do ensino e da reforma neoliberal do governo. Depois de uma breve exposição baseada no artigo da municipalização e de considerações sobre a

etapa da crise capitalista que o mundo atravessa, abriu-se para a discussão.

Surpreendentemente, o debate foi caminhando naturalmente para o problema da revolução social, para a caracterização da crise de direção e necessidade de superá-la construindo o partido revolucionário. Com isso, apenas constatamos que as idéias revolucionárias estão de acordo com a situação objetiva de desintegração do sistema social de exploração do homem pelo homem. E que a conclusão de que não pode haver uma educação emancipadora sob o capitalismo e com ele coadunada é uma das premissas marxistas extraídas dessa mesma realidade. Por isso, cada vez se torna mais fácil entender que a educação revolucionária é aquela que está a serviço da destruição do capitalismo e da construção da sociedade sem classes, comunista.



É preciso reconstruir o movimento estudantil construindo uma nova direção política

As eleições para o DCE da Universidade Estadual do Ceará (Fortaleza) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal) contaram com a participação do Partido Operário Revolucionário, que através da Corrente Proletária da Educação concorreu com chapa própria. Nossa presença se distinguiu pela defesa de um programa revolucionário, ou seja, um programa que apresenta nitidamente a estratégia do proletariado de destruição do sistema capitalista e de edificação do socialismo (sociedade sem classes). As reivindicações mais elementares da educação, como educação pública gratuita e laica, ensino enraizado na produção social, autonomia universitária, derrubada do plano antinacional antipopular de FHC etc, se compõem com as bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas.

A natureza de tal programa determina que o método de luta principal é o da ação direta e a tática se caracteriza pela aliança estudantil-operária.

Nossos adversários, PT, PSTU e PCdoB, compareceram com plataformas reformistas, em que se desliga as reivindicações elementares da estratégia da revolução social. Eis por que também são inconsequentes quanto à defesa do ensino público e gratuito, contra a reforma neoliberal da educação, o cerceamento antidemocrático do governo e da burocracia universitária venal.

Já há algum tempo o Movimento Estudantil vem se mostrando num impasse diante de uma situação em que o governo avança com seu plano privatizante e em que uma parcela cada vez maior da classe média empobrecida é expulsa das escolas particulares devido às altas mensalidades. Não faltam problemas na educação que colocam a necessidade de resposta com luta de massa.

Mais ainda. Tais problemas não aparecem isoladamente, ou especificamente como denominam os reformistas/estalinistas. Expressam a decomposição do sistema capitalista de produção e opressão social, que já não tem como manter minimamente o ensino público. Assim, compõem-se com um conjunto de consequências nefastas que atingem as massas populares. Falamos da destruição da Previdência Social, do sistema de saúde público, do desemprego crescente, da liquidação de milhares de postos de trabalho, da desvalorização da mão-de-obra assalariada, da extinção de direitos trabalhistas (a chamada flexibilização) etc. E falamos da ofensiva pró-imperialista de entrega das esta-

tais, de abertura de mercado devastadora da economia nacional, de um Plano Real artificial, que favorece apenas banqueiros, especuladores de toda ordem e grandes grupos empresariais, enquanto impõe maiores sacrifícios à classe operária e às demais camadas pobres da população. É nessa realidade também que comparece a crise agrária e a tremenda repressão ao movimento camponês pela terra.

Como se vê, todos esses problemas estão interligados, e não tem sentido manter o movimento estudantil à margem deles. A não ser o sentido de defesa dos interesses dos capitalistas, do imperialismo e do governo neoliberal da aliança PSDB/PFL/PMDB/PPB. Qualquer política que separe as reivindicações estudantis do programa da classe operária está fadada a jogar um papel reacionário. Via de regra tal política sacrifica as reivindicações em nome da democracia burguesa e da estabilidade política do Estado. Evidentemente se dizendo progressista ou revolucionária.

É o que vem acontecendo com o predomínio do PCdoB (estalinismo) e do reformismo (PT) na direção da UNE, Centros Acadêmicos e DCEs. O PSTU comparece como coadjuvante dessa direção vendida, uma vez que não a combate com um programa diametralmente oposto e com o método do trabalho de massa. Portanto, estamos diante de um problema de direção política do ME, que sem dúvida não é particular desse setor. Apenas reflete a crise mais geral de direção das massas oprimidas.

Sua superação está na razão direta da tarefa de construção do partido revolucionário no seio das massas. Só assim o movimento estudantil poderá confluir com o movimento operário e se voltar para as contradições do sistema capitalistas putrefato.

A intervenção do POR nas universidades tem esse objetivo. É com esse programa e método de trabalho político que chamamos os universitários a cerrarem fileira em torno da tarefa de construir uma nova direção no ME e de fortalecer a construção do POR.

Os resultados das eleições na UECE

O PT campareceu com a chapa "Remando Contra a Maré" e obteve 683 votos; o PSTU com "Só A Luta Consequente" e alcançou a primeira votação com 1688 votos; o POR com a chapa "Corrente Proletária da Educação", ficando em terceira colocação com 242 votos. Tomados em termos absolutos, o número de votos da Corrente Prole-

tária da Educação (CORPE) foi baixo, conferindo-lhe o último lugar. Porém, do ponto de vista relativo, foi um importante acontecimento.

Primeiro, porque disputou com duas correntes há muito tempo implantadas no ME. O POR recentemente começou sua construção nas Universidades. Segundo, porque tem a direção de apenas um centro acadêmico. Terceiro, porque realizou uma campanha principista em torno do programa, distinguindo-se da hipocrisia e da demagogia. Quarto, porque pela primeira vez concorre com chapa para o DCE.

Como o critério de constituição da direção é proporcional, teremos 2 postos, através do qual daremos a batalha programática e rechaçaremos as manobras distracionistas do reformismo (PT) e do centrismo (PSTU).

Também reconhecemos que nosso trabalho na campanha pelo DCE não foi bom. Os 242 votos poderiam ser ampliados se estendêssemos nossa ação para os limites da Faculdade de Pedagogia. Mas o fato dessa faculdade votar maciçamente no programa da Corrente Proletária da Educação mostra um apoio significativo à nossa luta por reconstruir o Centro Acadêmico falido pela política antecessora de Causa Operária e sua cisão LBI. Trata-se agora de refletir na luta ideológica, política e prática as necessidades de combate dos estudantes.

Todo apoio à chapa "Educação e Transformação Social"

Na primeira quinzena de dezembro ocorrerão eleições para o Centro Acadêmico de Pedagogia, na UECE. Somente uma chapa foi inscrita: "Educação e Transformação Social", nome esse apro-

EDUCAÇÃO



vado numa plenária de estudantes. Tal chapa foi organizada pela Corrente Proletária da Educação, vinculada ao POR.

Chamou-nos a atenção a ausência de outras forças políticas, como CO, LBI e PSTU, que sempre tiveram influência na pedagogia. O fato não é casual. Ocorre que tais organizações foram responsáveis pela falência política do centro acadêmico em gestões anteriores. Com o trabalho do POR, os estudantes puderam verificar por experiência própria a diferença substancial de linha política e de atuação. E

principalmente as respostas dadas à crise da educação, totalmente distintas do reformismo inconsequente.

Um outro fator de peso é que a gestão que se encerra foi constituída por uma direção proporcional, com a presença do POR, PSTU e CO. Esta última corrente (CO) improvisou uma chapa nas eleições passadas e ganhou direito proporcional a cargos. O que fez? Simplesmente desapareceu. E o PSTU? Seguiu a mesma trilha. CO desapareceu porque estava como franco-atirador. O PSTU porque sabotou o critério de proporcionalidade.

Estão aí as razões pelas quais só se inscreveu a chapa da Corrente Proletária da Educação, que reúne militantes e simpatizantes do POR. Trata-se de

novamente fazer jus à confiança das bases em sua direção, que está em processo de construção, desenvolvendo um bom trabalho de politização antiimperialista e anticapitalista e de mobilização de massa.

Alguns pontos do programa mostram o avanço das idéias poristas no ME: Defesa do ensino público, laico e gratuito, fim de toda taxa escolar, escola enraizada na produção social, abaixo o interventor na Universidade, eleições diretas para todos os cargos, abaixo FHC e seu plano neoliberal, redução da jornada de trabalho, em defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Judiciários/SP: é preciso construir um organismo de luta

No dia 23.11 realizou-se a segunda reunião do Comando Estadual de Luta na Comarca de Santos. Compareceram vários companheiros de diversas comarcas (Santos, Lins, Osasco, Tatuí, Itapetinga, Palmital, Cândido Mota, Sorocaba e Capital), embora o grupo tenha aumentado e a tendência seja a de crescer ainda mais, alguns problemas políticos já começam a surgir. A polêmica central desta reunião se deu em torno do nome "Comando Estadual de Luta", aprovado em reunião anterior. A proposta do grupo opo- sitor é de formar uma federação das associações do interior.

Na verdade, ao se

aterem a esta polêmica em torno do nome do grupo se tenta ocultar outra questão, que é a divergência entre uma política de independência de classe e outra de conciliação de classes, esta última visa apenas às negociações junto aos patrões, o governo e à cúpula do T.J.

Com a iminência da reforma administrativa, da previdência, etc, torna-se imprescindível a construção de um organismo que se coloque por preparar a luta da categoria contra os ataques do governo.

Ao defenderem a fundação de uma federação em oposição ao Comando Estadual, os companheiros propõem, na verdade, que a categoria continue desmobilizada, pois à ofensiva do governo (demissões, arrocho salarial etc.) só é possível responder com luta.

Entendemos que a formação de uma federação de associações do interior em contraposição à proposta do Comando Estadual de Luta, nada mais é do que a expressão do sindicalismo de resultados e negociações defendidas pela Força Sindical de Me-

deiros e de Vicentinho da CUT.

Trata-se, pois, de construir no Judiciário um organismo (Sindicato), que se coloque pela total independência de classe frente ao governo e a cúpula do T.J.

Que esse organismo defenda a ação direta dos trabalhadores (greves, ocupações, etc), contrário aos métodos pacifistas dos burocratas.

Que se coloque desde já contra a reforma administrativa e a política neoliberal de F.H.C e Covas;

Que defenda os seguintes princípios:

Democracia Sindical, com assembleias soberanas;

Participação de todos os trabalhadores nas instâncias sindicais;

Que se estruture através de comandos de base (prédios e comarcas);

Que defenda a independência de classe;

Que lute contra o sindicalismo de negociações ou resultados etc;

Que coloque a luta direta (greves, ocupações etc) como o único método de ação de classe.

Argentina:

Libertados provisoriamente os presos políticos

Os presos políticos Panário, Christiansen e Estrada foram libertados em novembro. Estavam mantidos atrás das grades por sua participação nas mobilizações dos desempregados de Neuquém, integravam a *Coordenadora*. Trata-se de uma conquista da mobilização internacional pela sua libertação.

Entretanto, deve-se destacar que a justiça argentina deu à libertação um caráter provisório, sendo que prosseguirão os processos judiciais. Também está sob a mira da justiça o companheiro Juan Yanez, do POR argentino.

Por isso, trata-se de dar continuidade à luta contra a perseguição política e as prisões, para manter as lideranças do movimento livres das garras da repressão capitalista.



História do Trotskismo no Brasil

No *Massas nº 120*, dando prosseguimento ao nosso relato, vimos como com a volta de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1951, este não precisou articular nada contra o PCB, para continuar sua política de aproximação das massas, pois a política de zig-zags com a burguesia (ora apoiando o getulismo, ora apoiando a oposição burguesa, ora se opondo às duas frações sem chamar as massas para a luta) fez com que o estalinismo não oferecesse nenhum perigo, na verdade se encontrava totalmente isolado.

Já o trotskismo, através do *Partido Socialista Revolucionário (PSR)*, sofre neste momento com a desestruturação da *IV Internacional* e acaba se dispersando. É deste fato que trataremos neste número.

O Rompimento do PSR com a Quarta Internacional

Em fevereiro de 1951, Michel Pablo, Secretário Geral do Comitê Executivo da Internacional publica seu documento "Para Onde Vamos?".

Nele o dirigente da Internacional procura convencer a Internacional de que, com a guerra fria, a burocracia estalinista ocupara um papel fundamental na revolução mundial, ou em suas palavras: "a realidade social objetiva para nosso movimento é composta essencialmente do regime capitalista e do mundo estalinista. De resto, quer se queira ou não, somente estes dois elementos constituem a realidade objetiva, pois a esmagadora maioria das for-

ças opostas ao capitalismo se encontram atualmente dirigidas ou influenciadas pela burocracia soviética" ... "o elan revolucionário das massas erguidas contra o imperialismo se une como uma força suplementar às forças materiais e técnicas que combatem este imperialismo"

Já em "A Guerra que eles Preparam" (série de 5 artigos publicados em "La Verité" entre março e maio de 51) complementam esta posição: "A guerra em preparação é a da contra-revolução imperialista contra a revolução em todas as suas formas"; estas formas seriam os regimes na "URSS, "democracias populares" e na China, outros territórios da Ásia em revolta, os movimentos revolucionários das massas coloniais e proletária" (observe o nível de importância dado ao documento).

O caráter desta guerra civil, segundo Pablo, "está fundamentalmente dado pelo fato de que ela oporá antes de tudo as forças do imperialismo às da revolução sobre todas as formas, e não pelo caráter stalinista da direção destas forças aqui e ali". Isto porque "a direção soviética e suas agências jogam ainda um papel muito importante na direção dos países e movimentos que, por sua natureza de classe, se opõem ao imperialismo".

Esta linha forçava as seções a procurarem uma entrada "suis generis" nas fileiras estalinistas. Ela foi implementada pelo II Congresso da IV Internacional. No ano seguinte a maioria do *Partido Comunista Internacionalista* (francês) foi expul-

sa do partido por discordar da tese pablista. Em novembro esta ala expulsa, junto com as seções americana, inglesa e suíça, formam o *Comitê Internacional da IV Internacional*, apoiadas posteriormente pelas seções chinesa, canadense e pela fração de Nahuel Moreno na Argentina. Mas o CI passou a funcionar mais como uma federação do que como direção internacional do Partido Mundial da Revolução. Diante desta situação, Sacchetta e o Partido Socialista Revolucionário rompem com a IV Internacional, não se ligando a nenhuma de suas frações e em pouco tempo o partido se dispersa, muitos entrando para o Partido Socialista Brasileiro.

Mais uma vez, a fragilidade dos trotskistas deste período se expõe devido ao fato de não terem conseguido elaborar o programa da revolução proletária e da organização correspondente, apesar dos inúmeros acertos ante o estalinismo.

Isto fez com que, no Brasil, nenhuma organização se colocasse de fato como partido da classe operária.

Internacional



Reunião do Comitê de Enlace

No dia 23/11/96, reuniu-se em La Paz o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. A reunião debateu a situação revolucionária na Bolívia e os informes das seções, resumidos abaixo:

Bolívia

A situação revolucionária se projeta para diante, vale dizer, a uma possível etapa insurrecional, que pode se dar ou não, segundo as circunstâncias que se apresentem. Há uma resistência e crítica contra o governo burguês e seus colaboradores. Temos como referência as últimas mobilizações e o repúdio à farsa eleitoral, que está em pleno desenvolvimento.

O impulso instintivo das massas mostra sua insuficiência e cede seu lugar à política partidária.

O destino da atual situação depende de que o POR acerte em penetrar no seio das massas, para organizá-las, politizá-las e, a partir dali, dê resposta política aos problemas da atualidade.

A situação política é favorável, mas um bom desenlace está nas mãos do partido, que mostra certo atraso com

referência ao momento em que se vive.

A agitação crescente vai criando dificuldades para o trabalho cotidiano. A miséria se agrava, o que se levanta como obstáculo frente à descomunal campanha propagandística que desenvolvemos.

Outro fator negativo é a extrema debilidade do trabalho internacional e do próprio Comitê de Enlace.

Recomenda-se um maior trabalho ao redor dos acontecimentos bolivianos, para se potenciar o POR/Bolívia.

Brasil

Prossegue o debate ao redor da aplicação das reformas neoliberais ditadas pelo imperialismo. Agora a disputa interburguesa se concentra na reforma fiscal e tributária, nas privatizações e na reforma política (reeleição de FHC).

Destaca-se a derrota da greve metalúrgica de São Paulo, que repercutiu sobre o conjunto do movimento operário, sob responsabilidade das burocracias cutista e diretista.

O bloqueio da luta nacional de massa contra o governo e seu plano é um fator que abre caminho para a aplica-

ção das reformas.

Destaca-se, na situação, a tendência à radicalização da luta dos sem-terra. Essa luta tem seu horizonte limitado pela política pacifista e reformista das direções, que recusam a aliança operária e camponesa e a autodefesa.

As eleições municipais expressaram a disputa interburguesa ao redor da aplicação das reformas antinacionais e antipopulares. Os partidos burgueses conseguiram arrastar as massas ao eleitoralismo. Os dados indicam que persistem as ilusões democráticas, inclusive se reforçaram. A ausência do partido revolucionário e a fragilidade do embrião do partido contribuíram para isso.

O PT apresentou um desempenho contraditório

rio. Nas cidades em que governava, obteve derrotas importantes, o que significa que as massas julgaram o mau governo petista. Por outro lado, cresceu em cidades em que a experiência com o reformismo não se realizou.

Os partidos burgueses ditaram o conteúdo das campanhas, que se limitaram às questões municipais, excluindo qualquer debate sobre os temas nacionais. Essa política foi seguida pelo reformismo.

As correntes de esquerda desenvolveram uma linha eleitoralista, seguindo o PT, tiveram resultados muito pobres, ainda que se apresentassem com programas adaptados ao capitalismo. Nossa seção interveio defendendo o voto nulo programático.

Chile

Existe um avanço generalizado do plano im-

perialista, carecendo as massas de iniciativa política para resistir-lhe.

Caracteriza-se a existência de um governo de unidade nacional no qual colabora todo o arco político (do pinochetismo ao estalinismo). Conseqüência disso, a burguesia, depois das recentes eleições municipais, aparece consolidando-se, que tem correlação com a manutenção das ilusões democráticas das massas.

A crise interburguesa que segue em curso se origina no próprio avanço do projeto imperialista, que é converter o país em uma plataforma de serviços financeiros que permita a penetração do capital transnacional no subcontinente, do tipo Singapura.

No entanto, o elemento mais distintivo da situação constitui a crescente onda de greves que iniciou com a greve de carvoeiros em Lota. Desde então (maio), o país não conheceu uma etapa sem atividade grevista ou de resistência, as quais se prolongam até nossos dias. Essas mobilizações têm em comum a ausência de uma direção revolucionária e em sua maioria têm sido traídas pela burocracia do PC, constituindo-se em derrotas parciais, que não conse-

guem reverter o curso global da luta.

Argentina

A situação se caracteriza pelo aprofundamento da política pró-imperialista contra as massas. O governo Menen cede diante das menores pressões do imperialismo e em toda ordem, agudizando cada vez mais o choque entre este e as massas, cuja miséria aumenta. Generalizam-se as mobilizações sempre mais radicais e contundentes e a burocracia orienta a conter-lhes, colocando reformas no Congresso. Toda a conduta da burocracia se orienta para a perspectiva eleitoral. O principal obstáculo que encontram as massas em seu desenvolvimento político é a burocracia peronista, de um lado, e de outro a falta de organização nas bases.

É imperativo superar tais limitações e forjar uma autêntica direção revolucionária.

A partir desses informes, forma feitas uma série de recomendações políticas e organizativas às seções, destacando-se a importância do trabalho ao redor dos acontecimentos bolivianos.

Avança a situação revolucionária na Bolívia

No último dia 22 de outubro, La Paz viu três grandes marchas de protesto contra mudanças na lei de aposentadorias, que privatizam o sistema. As marchas paralisaram o centro da cidade, com a participação de milhares de aposentados, trabalhadores e contou com a adesão das camponesas, que se juntaram ao movimento. A verdade é que o movimento se constituiu num protesto contra o governo, e os manifestantes gritavam palavras de ordem antigovernamentais ("Que morra o governo, abaixo as três leis malditas") e antiparlamentares ("Abaixo o circo parlamentar").

Ao mesmo tempo, completava 8 dias a greve geral dos médicos, que radicalizavam seus métodos, paralisando os serviços de emergência dos hospitais. Há mineiros em greve com ocupação de minas, e em alguns lugares contam com o apoio da população índia camponesa local (algumas são antropófagas, comem carne humana), que impede a aproximação da repressão. Geralmente, durante os finais de ano no país, as lutas se reduzem de volume. Mas isso não acontece agora.

O fato de um setor conservador da sociedade (aposentados)

se colocar, de forma tão radical, pela derrubada do governo e rejeitar o parlamento enquanto instituição, e de médicos (pequena burguesia) radicalizarem seus métodos de luta, mostra o avanço da situação revolucionária no país. As massas radicalizadas convergem para a política revolucionária do proletariado, expressa em seu partido, o POR. Não se trata de um avanço regular, conta com saltos e retrocessos, mas no geral caminha para frente. Aproxima-se um momento decisivo no país, quando a luta das massas pode se transformar em insurreição, ou ser massacrada. Tudo depende da direção do movimento, em outras palavras, do partido revolucionário conquistar a direção física dos movimentos que encarnam no dia-a-dia a sua política.

Trata-se do POR avançar a organização para se elevar à altura das necessidades da atual situação. Penetrar nos movimentos para, a partir deles, responder às questões colocadas e ganhar a direção física, colocando-os no rumo da tomada revolucionária do poder.

Não se trata de esperar pelos calendários eleitorais dos sindicatos, federações, ou da COB. Os congressos contam com grande

manipulação burocrática. Exemplo disso será o Congresso nacional dos professores, que acontecerá numa região de difícil acesso, com elevados custos para se chegar lá. O movimento dos professores tem sido o mais radical, sob influência do POR, mas certamente a pobreza extrema dos mestres os impedirá de comparecerem massivamente ao Congresso. A tendência é o controle da burocracia, um controle formal, mas que tem importância nas lutas pelo papel que a burocracia pode exercer durante os conflitos, conchavando com o governo.

Tem grande importância, no desenlace da situação revolucionária boliviana, a ação das seções do Comitê de Enlace nos outros países vizinhos. Trata-se de trabalhar para difundir a luta revolucionária na Bolívia e apoiá-la. Um avanço na Bolívia potenciará a luta revolucionária em todo o planeta, e é ali onde atualmente se encontram as melhores possibilidades, fruto da luta pelo programa revolucionário durante décadas, travada pelo POR. Essa é uma questão da qual ninguém que se diga marxista pode deixar de lado.

